



# Da Lama ao Bairro, do Bairro à Lama: A Transformação da Socionatureza Urbana do Manguezal de São Diogo, Rio de Janeiro (1840-1870)

Bruno Capilé <sup>1</sup>

## RESUMO

A transformação do manguezal de São Diogo caracterizou-se num dos principais marcos da expansão urbana do Rio de Janeiro. Em meio à transformação do antigo estuário, podemos apontar dois principais interesses: um público, de expansão do território urbano, e o outro de uso privado, a partir da apropriação de suas águas para o despejo e o transporte de material da Companhia de Gás de Iluminação, do Barão de Mauá. No turbilhão de interesses, as teorias médicas moldaram as políticas imperiais de modificação do ambiente biofísico. O resultado foi a criação de um bairro com drásticas consequências ambientais derivadas dessas modificações. Da lama ao bairro, a Cidade Nova surgiu em meio a aterros e dessecamentos da antiga lama do mangue. Do bairro à lama, a região sofreu com o mau planejamento de redução de danos de enchentes e fortes chuvas. A lama persistiu em sua história.

**Palavras-Chave:** História Ambiental Urbana; Rio de Janeiro – Século XIX; Canal do Mangue.

---

<sup>1</sup> Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. Pesquisador no Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST, Brasil. [brcapile@gmail.com](mailto:brcapile@gmail.com)

A história da transformação do manguezal de São Diogo, na cidade do Rio de Janeiro, é um fractal da história da ocupação urbana de muitas capitais brasileiras do litoral – por exemplo, Salvador (BA), Vitória (ES), Recife (PE), Natal (RN), Fortaleza (CE). O manguezal de São Diogo encontrava-se a oeste da antiga cidade do Rio de Janeiro, onde sucessivos aterros foram realizados em diferentes momentos de expansão urbana, resultando no bairro de nome Cidade Nova no século XIX. A entrada de mar aterrada foi modificada lentamente no que foi chamado de Canal do Mangue, a partir de 1853. Veremos nesse artigo como ideias médicas e decisões políticas, que priorizavam a poucos, favoreceram um tipo de transformação do ecossistema suburbano do manguezal de São Diogo em um ecossistema urbano com drásticas consequências sociais e ambientais.

No passado colonial, o uso dos manguezais como recurso de subsistência (madeira, comida, plantas medicinais) deu lugar a atividades econômicas exploratórias de caça, pesca e corte de madeiras nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro. Nesses casos a população local era composta por grupos *indesejados*, isto é, indivíduos excluídos da sociedade urbana cada vez mais aburguesada: indígenas, negros e seus híbridos. Morar próximo ao manguezal significava conviver com mosquitos, lama e odores pouco convencionais, que faziam parte da paisagem de labirintos de ilhas fluviais no encontro com o mar, juntamente de garças, caranguejos e inúmeros peixes. Inicialmente a proximidade da cidade era desejada pelos que vendiam os animais pescados ou catados (caranguejos, siris, mariscos), pelos cortadores de lenha, pelos fabricantes de cal e outros (Cabral 2011). Os mangues do estuário asseguravam altas taxas de natalidade dos peixes, e os rios que desembocavam por lá garantiam boa oferta de água para os navios; como a clássica Bica dos Marinheiros, com águas oriundas do Rio Comprido. Nos tempos coloniais, os barcos atracavam bem próximo. Décadas depois, no início do século XIX, o viajante inglês John Luccock relatou que o assoreamento e a falta de dragagem impediam a chegada de embarcações. Para tal, uma tosca bica de madeira foi instalada para canalizar as águas até os navios (Luccock 1820). Com o tempo, o ambiente indesejado e sua população conviveram com o metabolismo urbano do lixo e do esgoto. Conforme se intensificava o crescimento populacional e a incidência de epidemias, as políticas sanitárias impuseram os aterros, os dessecaamentos, e a incorporação desse ecossistema pela cidade.

A proximidade da família real no Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, foi um fator crucial para os interesses de expansão urbana ao longo dos mangues. A necessidade de transporte terrestre para o centro urbano foi resolvida com o aterro de parte destes manguezais para dar origem ao caminho do Aterrado, ou das Lanternas. Mesmo assim, a região ainda era um braço de mar. Em 1835 já havia uma ordem de execução de obras do Canal aprovada pelo governo, que somente ocorreriam duas

décadas depois (Amador 1996). Enquanto isso, o metabolismo urbano e suas imundícies chegavam à região de maneira oficial. A Câmara Municipal por meio de suas leis, as posturas municipais, dizia em edital de 07 de outubro de 1836 que: “Fica provisoriamente designado o campo de S. Diogo para enterramento de animais e carnes” (Moraes Filho 1894, p. 2). Corpos em putrefação davam nova carga de odores ao ambiente que já tinha a presença de lixo e de maior quantidade de lama, resultado de maior assoreamento dos rios que desaguavam ali.

A abordagem do presente texto se insere no campo da história ambiental urbana, em particular a partir da contribuição de diversos autores como Erik Swyngedouw (2001; 2006), Martin Melosi (1993), Joel Tarr (2001), Lise Sedrez (2005; 2013) e Stefania Gallini e Carolina Osorio (2015). A antiga discussão sobre natureza e civilização foi deixada de lado através do conceito de socionatureza que Swyngedouw defende. Nesta ferramenta epistemológica, ideias, instituições e iniciativas políticas são analisadas ao lado da materialidade dos ventos, rios, doenças, corpos humanos e não-humanos – o que permitiu uma riqueza maior na compreensão das transformações dos manguezais do Rio de Janeiro. Assim, as teorias sanitárias de meados do século XIX estiveram alinhadas em medidas analíticas juntamente com os finos sedimentos carregados pelas forças dos rios para comporem a lama do mangue.

De maneira mais ousada, podemos incorporar aspectos da Ecologia para uma abordagem mais ampla de uma história de cidades e manguezais. O termo ecossistema foi bem pertinente, pois com ele pudemos compreender tanto a cidade, quanto os manguezais, como um sistema aberto onde elementos vivos e não vivos interagiam em suas relações e nos fluxos de matéria, energia e informação (Odum 1976; Margalef 1978). Por ser um sistema aberto sempre tem a entrada de elementos exteriores como a água de um rio, a luz solar, ou novas formas culturais que afetavam a estrutura do ambiente. Assim, para este artigo, ecossistemas podem ser considerados como sadios à medida que mantêm funcionando seus aspectos ecossistêmicos originais, como por exemplo: a capacidade das árvores do mangue de resistir às forças das marés e das agitações do mar, a dinâmica de sedimentação de finas partículas orgânicas incorporadas por animais que foram comidos pela população urbana, ou a conformação topográfica que resultou numa baixada onde o rio e o mar se encontram. Com as transformações urbanas do século XIX, o manguezal de São Diogo perdeu esses e outros aspectos ecossistêmicos, tornando-se propício a inundações, e classificado, segundo os critérios médicos da época, como altamente nocivo à saúde humana.

Ao tomarmos a cidade do Rio de Janeiro oitocentista como um ecossistema urbano, refletimos também como os aspectos ecossistêmicos foram aproveitados pela sociedade urbana e como

Bruno Capilé

a população local sofreu os efeitos da transformação ambiental. Assim, nessa interpretação ecossistêmica, incorporamos a contribuição de Ramón Margalef (1978). Segundo o ecólogo, guardada as devidas analogias, a informação tem um papel no ambiente da mesma maneira que a matéria e a energia também possuem. Os sistemas fluviais e ecológicos armazenam informação em sua topografia e nas relações ecológicas, assim como sofrem modificações estruturais a partir de informações geradas pela espécie humana – ideias científicas, costumes sanitários, irregularidades urbanas. As informações sobre o tipo ideal de ambiente foram construídas por um grupo social que legitimou as ações do Estado em nossa área de estudo: médicos e engenheiros. Assim, a nova medicina social voltou seu olhar para interpretar e imaginar um tipo ideal de ambiente urbano saudável para a espécie humana. Ao buscar um tipo ideal de ambiente esses médicos e engenheiros afirmavam existir também diversos espaços que eram inviáveis para a saúde pública. Dessa maneira, o manguezal de São Diogo, que teve sua função socionatural reconhecida por muitos residentes a suas margens, foi entendido como ambiente indesejado pelos idealizadores da socionatureza.

Apoiado em Ewa Domanska (2013), propomos um deslocamento do sujeito humano para assim dar maior visibilidade à agência de elementos não humanos e sua relação com nossa espécie nesse ecossistema. O desafio foi reinterpretar as fontes históricas, já que todas aqui são documentos gerados por mãos humanas. Mais que isso, documentos oficiais gerados por órgãos institucionais, como o Estado imperial. A partir de uma epistemologia relacional, foi feita aqui uma análise das fontes humanas sobre o manguezal de São Diogo e o Canal do Mangue de modo a tecer uma narrativa da complexidade de agenciamentos por trás das modificações neste ambiente.

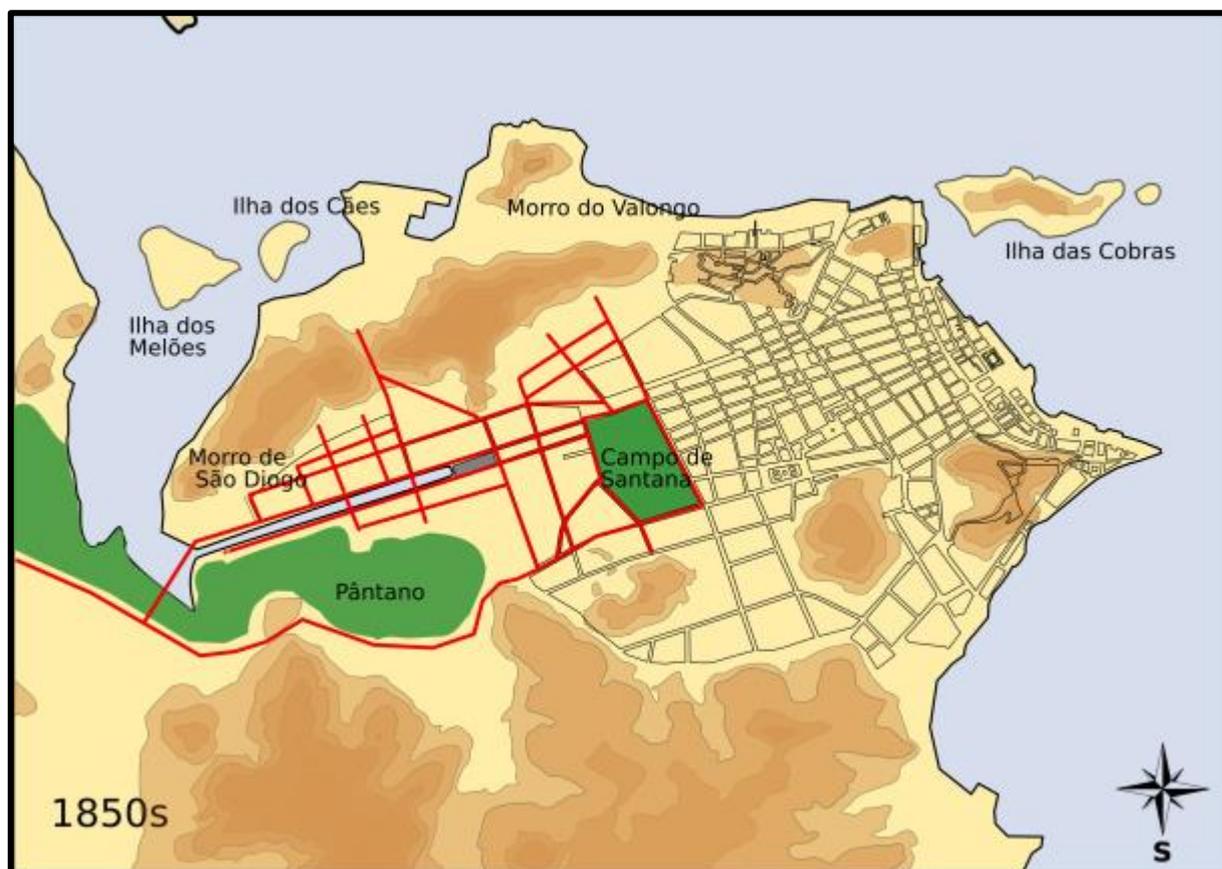
\* \* \* \* \*

As epidemias que ocorreram a partir da década de 1850 influenciaram indiretamente na transformação do ambiente patogênico do manguezal de São Diogo. A recente institucionalização da medicina brasileira permitiu a entrada e o fortalecimento de teorias sanitárias que regeram as modificações na socionatureza carioca. Devido às dificuldades infraestruturais ou orçamentárias, a expansão urbana evitou tais áreas na medida do possível. A primeira modificação do espaço foi sua apropriação para o descarte de lixo e esgoto metabolizados pelo organismo urbano. Com as consequências insalubres desse costume, a segunda modificação resultou em mais aterros, dessecamentos e obras públicas, de maneira a alterar o ambiente em um bairro residencial, industrial ou comercial. Vemos assim que, sob a ótica da história ambiental, analisar como os elementos da socionatureza (pessoas, instituições, chuvas, lamas e ideias) interagiram mutuamente entre si foi

Bruno Capilé

essencial no entendimento da transfiguração do manguezal de São Diogo em bairro da Cidade Nova, na freguesia de Santana (Figura 01).

**Figura 01.** Mapa da cidade do Rio de Janeiro com o traçado das ruas da década de 1850. Em verde, os manguezais, os pântanos e outras áreas alagáveis.



Fonte: Sem escala. Base Cartográfica: Passos (1903). Autoria: Bruno Capilé.

O Canal do Mangue possui um longo histórico de pequenos e grandes aterros, porém mais uma vez podemos usar a década de 1850 como um marco temporal consensual. Em meio à transformação da socionatureza do antigo estuário, podemos apontar dois principais interesses: um público, de expansão do território da cidade do Rio de Janeiro, e o outro de uso privado a partir da apropriação de suas águas para o despejo e o transporte de material da Companhia de Gás de Iluminação, do Barão de Mauá. Os investimentos de uso público consistiam no escoamento das águas pluviais, dessecamento dos mangues vizinhos, e no estabelecimento de uma via marítima para circular mercadorias para uma praça de mercado a ser construída no local. Por trás das decisões políticas de modificação ambiental, uma nova medicina focada nas questões urbanas se fez presente e atenta aos efeitos considerados insalubres dos mangues cariocas.

Bruno Capilé

Nesse contexto, compreender a cidade significou, dentre tantas coisas, entender sua dinâmica de ideias, pessoas e elementos naturais. Essa dinâmica foi expansiva e muitas vezes autoritária, resultando em políticas públicas excludentes e injustas. A geração ou convivência de problemas sanitários próximos à cidade tem sido a estratégia de gerar uma demanda que justifique gastos públicos para a apropriação do território local. Permitir que os manguezais se tornassem insalubres levou o Estado a propor soluções infraestruturais que beneficiasse um círculo limitado de pessoas: capitalistas, especuladores imobiliários, políticos. Vemos, dessa maneira, que compreender as transformações ambientais do manguezal de São Diogo foi indispensável para vislumbrar a complexa rede de interesses e intenções de agentes humanos envolvidos.

Investigar a circulação e a transformação material e imaterial da cidade (metabolismo urbano) indicou possíveis narrativas que fizessem justiça a grupos esquecidos e explorados. Um exemplo importante foram os aterros na Cidade Nova do início do século XIX, que foram em grande parte realizados através da exploração institucionalizada da mão de obra de negros escravizados. A Casa de Correção (1850) era a responsável pela punição de escravos e localizava-se nas proximidades desses mangues. Ela recebia os pagamentos da Câmara Municipal, e de capitalistas, e repassava para despesas com feitores, alimentação, materiais. Investigar os aterros para a construção do gasômetro, através do acordo entre o diretor da Casa de Correção e Barão de Mauá, um dos principais beneficiados com as melhorias no local, indicou apenas um dos diversos caminhos da exploração humana na urbanização da região. As mãos negras transformaram o ecossistema de manguezal, aterrando sua lama igualmente preta.

### **IDEIAS TRANSFORMAM AMBIENTES? O SURGIMENTO DA MEDICINA SOCIAL E A PERSEGUIÇÃO AOS AMBIENTES HÍDRICOS**

A década de 1850 estreou uma nova era de grandes epidemias na cidade do Rio de Janeiro. O crescimento populacional, a transformação do ambiente urbano e a chegada massiva de navios e imigrantes geraram o cenário ideal. A primeira epidemia foi de febre amarela no verão de 1849-1850, e gerou mais de 4 mil mortos numa população urbana de pouco mais de 260 mil habitantes. Ao longo desta década houveram 40 epidemias registradas na corte imperial. Com a alta mortalidade, a medicina imperial sofreu forte pressão social por parte de jornais, do governo imperial e da Câmara Municipal. O embate resultou na criação de uma instituição médica vinculada ao Ministério do Império e com laços com a Câmara Municipal: a Junta Central de Higiene (1850). Os trabalhos de médicos desta instituição – e de outras como a Faculdade de Medicina e a Academiã Imperial de Medicina – forneceram bases

para políticas de saúde pública. No decênio seguinte (1861-1870) foram registradas 18 epidemias, com menor número de pessoas mortas (Pereira Rego 1872; Edler 2014).

A fobia das epidemias fomentou a incorporação e a geração de novas teorias sanitárias. Para os médicos da época, o novo tipo de cidade mais populosa requeria novos costumes e um novo ambiente. Novos comportamentos sociais frente aos alimentos, aos mortos, às normas sociais, foram designados pela elite médica, de modo a minimizar os efeitos epidêmicos. Além do corpo humano, o corpo da cidade também precisava ser domesticado para atender aos caprichos sanitários da cidade. Nessa tendência de crescimento urbano, a medicina social, apoiada no conjunto de ideias de matriz neo-hipocrática, tornou-se a base científica para as intervenções no ambiente urbano para uma boa saúde humana. A principal premissa era o controle da circulação das coisas e das pessoas, de modo a evitar a estagnação ou acúmulo de tudo aquilo que provocasse doenças. O meio material que contaminava as pessoas era os gases nocivos chamados de miasmas. E os ambientes aquáticos eram o principal gerador dos miasmas deletérios. A circulação das águas e do ar tornou-se um importante motor de transformação urbana, mesmo antes da institucionalização médica pós-epidemia de 1850 (Foucault 1979; Machado et al. 1978).

Os engenheiros, a outra faceta dos idealizadores da socionatureza urbana junto aos médicos, também ansiavam pelo controle do ambiente urbano. As ideias médicas também influenciaram seus planejamentos e suas decisões. O primeiro planejamento da cidade do Rio de Janeiro foi feito pelo engenheiro militar Henrique de Beaurepaire Rohan, em 1843, e contemplava a região do manguezal de São Diogo. Como diretor das Obras Públicas da corte, Beaurepaire Rohan traçou uma malha de novas ruas em cima do antigo manguezal de maneira a conectar o centro urbano aos arrabaldes ao oeste. O recente bairro da Cidade Nova foi rearranjado pelo engenheiro tendo em mente questões pertinentes à saúde pública, como a circulação. Assim foi planejada a drenagem das águas paradas, a derrubada de morros para maior aporte de ventos, além de serem reconfigurados o matadouro público, um cemitério e um hospital para a região. Por sua vez, as ruas com longas avenidas com pontes para atravessar os rios do subúrbio também tiveram seu papel na circulação de pessoas. A busca por ares mais limpos e o fim dos miasmas esteve presente ao longo do relatório. Mas, pouco do plano foi realmente efetuado nesse momento (Beaurepaire Rohan 1967; Andreatta 2006).

O loteamento das antigas chácaras nos arredores do manguezal iniciou na década de 1830. Com a fixação de uma população de baixa renda em habitações coletivas, os novos arruamentos, os primeiros transportes públicos e a chegada das primeiras epidemias da década de 1850, os grupos abastados afastaram-se para subúrbios mais longínquos nas montanhas da Tijuca, no vale das

Bruno Capilé

Laranjeiras ou em Botafogo. Novas estradas facilitaram o trânsito de suas carruagens pelo sertão carioca. As antigas propriedades na Cidade Nova aos poucos se transformaram em continuidade ao centro urbano. O arruamento proposto por Beaurepaire, e também por outros engenheiros, rasgou o território pantanoso do novo bairro. O surgimento de fábricas de fumo, bebidas, sabão e tecidos modificou o perfil habitacional para uma população mais proletária em moradias coletivas: cortiços e estalagens. O aumento populacional e industrial resultou em mais descartes de esgoto sanitário nas águas dos mangues e em aterros pontuais com o lixo seco. O bairro surgido da lama chafurdava-se mais uma vez em suas próprias consequências ambientais (Pinto 2007).

Para a medicina da época, os miasmas eram gases, ou emanções, que corrompiam o ar e causavam doenças nas pessoas. Os corpos hídricos, além de plantas e animais em putrefação eram os principais geradores de miasmas. Tal associação esteve relacionada à evaporação das águas de áreas úmidas, como mangues e outros pântanos (Chernoviz 1890 apud Mastromauro 2010). Mais associado ao olfato do que baseado em análises químicas, as noções sobre miasma estiveram na causalidade de doenças e epidemias. Mapear os miasmas tornou-se uma ferramenta de controle e planejamento do Estado. A desinfecção significou a desodorização ou a retirada de ares miasmáticos, e tornou-se a principal prescrição médica aos tomadores de decisão. A nova higiene pública virou um forte instrumento de poder nas complicadas relações entre a população local que se apertava nos cortiços e estalagens, as grandes e pequenas fábricas, e o poder público. O Estado imperial se apropriou do discurso médico para embasar suas políticas públicas de transformação da Cidade Nova, enquanto seu corpo técnico de engenheiros planejava a cidade.

Mesmo com a consolidação do conhecimento médico no manejo da cidade, esse campo do conhecimento e seus profissionais subordinaram-se à centralização administrativa do Rio de Janeiro. Três instituições estiveram à frente da profissionalização e desenvolvimento da classe médica: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832), Academia Imperial de Medicina (1835) e a Junta Central de Higiene Pública. As duas primeiras surgiram em outro contexto histórico da capital imperial, num momento em que tais instituições evoluíram de outras que surgiram no início do século. Já a Junta de Higiene derivou de insatisfações da Câmara Municipal e do governo imperial frente à demora do parecer dos médicos para proporem soluções para a epidemia de febre amarela de 1850. A Junta foi responsável pela diminuição do poder da Academia de Medicina e pela consultoria médica para questões sanitárias e de reforma urbana. A elite política imperial soube incentivar o poder dos médicos para realizarem pesquisas e formarem novos profissionais, ao mesmo tempo em que restringiram suas

intenções políticas. Nesse momento, poucos médicos assumiam posições políticas de destaque (Edler 2014; Ferreira 1994).

Os conceitos de higiene e saúde pública cada vez mais fortaleceram os âmbitos ideológicos de levar progresso e civilização à cidade. A higiene pública legitimou as políticas urbanas sobre o corpo humano – impondo e propondo novos costumes sanitários e morais – e também sobre o corpo urbano – com as obras públicas que buscaram transformar ambientes inóspitos em salubres. O discurso sobre a febre amarela de 1850 tinha um anseio de uma imagem simbólica de uma capital imperial preparada sanitariamente para a chegada de imigrantes europeus. A busca por uma civilização ocidental nos trópicos resultou numa política médica racista de “embranqueamento” populacional que começou na década de 1850 e se arrastou até o início do século XX (Chalhoub 1996). A população negra não demonstrava grandes perdas populacionais frente aos brancos recém-chegados que eram acometidos pela febre amarela. A preocupação de ser uma cidade tropical sem epidemias levou à criação da primeira grande política sanitária do Rio de Janeiro em 1850. No entanto, outras epidemias açoitavam a população urbana como a tuberculose e a cólera – doenças derivadas de aglomerados populacionais comuns em locais de população de baixa renda que moravam em cortiços e estalagens.

Os médicos e engenheiros constituíram-se assim os idealizadores da socionatureza urbana, e legitimavam o discurso de transformação urbana através de seus conhecimentos técnico-científicos específicos. O Estado imperial incorporou tais ideias e associou às suas políticas sanitárias. A freguesia de Santana transfigurou-se de um subúrbio aristocrático com muitas áreas alagadas e areais, no início do século XIX, para uma extensão do território do centro urbano, a partir de 1850. A nova população de perfil mais proletário observou as lentas modificações na paisagem da Cidade Nova. Por trás dessas alterações uma complexa trama configurou novas relações sociais de apropriação fundiária na região. Uma prática recorrente foi a compra de terrenos praticamente sem valor, para serem remediados com precários aterros e arruamentos desnivelados, e assim incorporados ao território urbano. Assim, capitalistas, engenheiros e membros da classe política decidiram como seria o ambiente da segunda freguesia mais populosa (Marques 1995).

### **DOMESTICANDO O ECOSISTEMA URBANO: A CONSTRUÇÃO DO CANAL DO MANGUE**

Após diversos aterros, o local passou a ter aspectos urbanos mais definidos: novas ruas, iluminação, patrulhamento, comércio (Bernardes 1992). O romancista Manoel Antônio de Almeida (2004[1854]), enquanto narrava a saga de Leonardo em *Memórias de um Sargento de Milícias*, descreveu a região. “Lá para as bandas do mangue da Cidade Nova”, dizia Almeida “havia, ao pé de um charco,

uma casa coberta de palha da mais feia aparência” (Almeida 2004, p. 22). O charco e a lama apontavam que os aterros realizados pela Câmara Municipal e pelo governo imperial ainda não haviam sido suficientes para um ambiente seco. A pobreza presente nas moradias da região teve como indicador a casa de palha, que o autor descrevia como tendo “frente suja e testada enlameada” e que “dentro o asseio não era muito grande” (Idem). Por volta dessa época, havia cerca de 2 mil casas na área.

Dentre os elementos de uma nova paisagem urbana, mais moderna e civilizada, a iluminação pública foi uma das mais importantes. Os planos de iluminar a cidade estiveram conectados com a extinção da escura lama do mangue de São Diogo. O intuito inicial era de “fazer gás para iluminar os teatros” (Montalegre 1851). A proposta do empresário Barão de Mauá foi apresentada à Câmara Municipal em 1853 e tinha como plano construir o canal desde o Rocio Pequeno (onde se encontra atualmente a estátua de Zumbi de Palmares) até a ponte no fim da rua do Aterrado, e dali pela praia Formosa em direção à ilha dos Melões. A proposta em muito beneficiaria Mauá que, além dos 184 contos de réis, receberia um terreno desapropriado estimado em 512 contos de réis (Império 1853). Mais tarde, em março de 1854, Mauá escreveu a Couto Ferraz ressaltando em primeiro lugar que, na construção do Canal do Mangue, não aspirava outro interesse que não fosse a do “melhoramento do serviço importante da Fábrica de Gás” para onde tinha de transportar de 6 a 8 mil toneladas de carvão por ano. E, em segundo lugar, a própria utilidade pública do melhoramento local (Mauá 1854). Explicitou, assim, o predomínio do interesse privado em detrimento do público.

Após a apreciação da Câmara, a mesma fez uma menção especial para a construção de uma praça de mercado e de duas pontes sobre o canal. Aproveitaria assim suas águas para a navegação de canoas de pescaria e pequenas embarcações para os mantimentos a serem vendidos num futuro mercado e para o transporte de material para Fábrica de Gás de Mauá. Embora Mauá tenha dado ordens para iniciar obra preliminares – como, por exemplo, aterros –, em Julho de 1856, o engenheiro responsável, William Ginty, ainda requisitava do governo imperial o nivelamento do terreno para começar a obras (Império 1856). No entanto, Mauá não construiu o respectivo mercado. Segundo o planejamento, além do escoamento das águas, o canal também ofereceria um passeio agradável pelos caminhos arborizados, que eram considerados purificadores de ar e mais higiênicos (Império 1853).

O contrato de construção do Canal do Mangue ocorreu somente em março de 1858 (Decreto nº 2.117 1858), sendo que Mauá recebeu a quantia de 1.378 contos de réis para a construção do canal de 12 metros de largura, 3 metros de profundidade que assegurassem sempre uma coluna de água de 1 metro na maré baixa. Para isso foi necessário também o aterro dos terrenos laterais, passeios macadamizados para o recreio público, muralhas, bueiros para o escoamento das águas das chuvas, e

três pontes de pedra e ferro, duas pontes suspensas e um pontilhão. As muralhas, a macadamização e algumas pontes demoraram alguns anos a mais para serem finalizados. Por fim, em 1862, achava-se concluída a obra “que veio melhorar as condições higiênicas do bairro em que foi construída, e fazer aproveitar grande extensão de terreno para a edificação da cidade” (Bellegarde 1863, p. 34).

O fim das obras na década de 1860 marcou apenas uma etapa da intervenção humana na socionatureza urbana da Cidade Nova. Novos ajustes foram necessários, já que a pretensão humana, por parte do poder público e de empresários, limitou a percepção do ambiente em sua complexidade. O descaso da falta de estudos ou da realização das obras sem considerações da topografia local foi sentido pelos moradores da Cidade Nova. Em 1867, os moradores das freguesias do Espírito Santo, no lado sul do canal, e de Santana, no lado norte, encaminharam reclamações para a Câmara: somando mais de 130 assinaturas. Ambos os documentos tinham em comum dois aspectos. Os aterros realizados com lixo e matéria orgânica que rapidamente entravam em putrefação, “especialmente dos açougues, casas de pasto, tabernas, quitandas” (Abaixo-assinado a 1867, s/n) e as “exalações pestíferas da putrefação contínua dessas matérias, aí amontoadas, e das pestilências mortíferas águas do dito Canal” (Abaixo-assinado b 1867, s/n). Os moradores da freguesia de Santana reconheciam e lamentavam que “o interesse de alguns especuladores despejam na nossa atmosfera, tendo apenas em mira enriquecerem facilmente, embora com grande lesão da saúde pública” (Abaixo-assinado b 1867, s/n).

Anos mais tarde, o diretor das Obras Municipais, José Antônio da Fonseca Viana, escreveu sobre como a proposta inicial do Canal do Mangue estava bem distante da realidade vivida pelos moradores. Reconheceu também o jogo político de responsabilizar outra instância governamental a efetuar a limpeza das valas e a dragagem do canal. Coube, por fim, à Câmara Municipal a responsabilidade pela manutenção do referido melhoramento, e o gasto de 50 contos de réis pela limpeza e reparo (Viana 1871).

### **A FALTA DE MANEJO DO ESPAÇO PÚBLICO: A LAMA REENCONTROU O BAIRRO**

Defeituoso, porém, como era o projeto original do canal do contrato Mauá, os seus inconvenientes se tem seriamente agravado durante os últimos 25 anos pela construção de numerosos canos de esgoto novos; até que a natureza imunda de suas águas tornou-se um incomodo público intolerável, e um perigo para a saúde de dezenas de milhares de pessoas que são obrigadas a viverem às margens desta *grande cloaca* aberta (Revy 1886, s/p.).

Como vimos, o projeto do canal do contrato com Mauá tinha duas premissas: recepção dos rios e canal navegável para a fábrica de gás. Em comissão para analisar os melhoramentos do Canal do Mangue em 1886, o engenheiro Revy afirmou que tais premissas eram “diametralmente opostas”. O aporte dos rios significou além das águas, a chegada de “detritos de uma cidade, em depósito de areia,

lama e impurezas das ruas acarretadas pelas águas das chuvas” (Revy 1886, s/p.). Para ele, um canal de navegação não poderia ter função de receptáculo de águas pluviais e fluviais. Dentro dele, o constante assoreamento dos rios causados pelo desmatamento e erosão no alto curso resultou em 5 a 7 palmos de lama, em vez de água. Em 1881, cinco anos antes do relatório de Revy, a Inspetoria Geral de Obras Públicas limpou e desobstruiu mais de 460 mil metros quadrados de valas e rios. Mesmo assim, novos sedimentos pousaram no canal com as chuvas dos anos seguintes (Araújo 1882).

A topografia da região da Cidade Nova era muito propícia para a deposição dos finos sedimentos de lama. Os sedimentos maiores (areia e pequenas pedras) estacionaram rio acima, conforme o curso hídrico ficava plano e com menos energia para empurrá-los. Os sedimentos mais finos como a lama percorriam o baixo curso até a foz. Assim, a dinâmica das marés e das chuvas esteve na formação original do ecossistema de manguezal. Os cortes e as queimadas das matas das montanhas resultaram na desagregação do solo e assoreamento dos rios. Com as chuvas, estes resíduos eram carregados até o ponto de menor energia: o Canal do Mangue. Por estes e outros motivos, foi possível observar que alguns aspectos ecossistêmicos do manguezal de São Diogo persistiram funcionando na região, mesmo com sucessivas alterações ambientais.

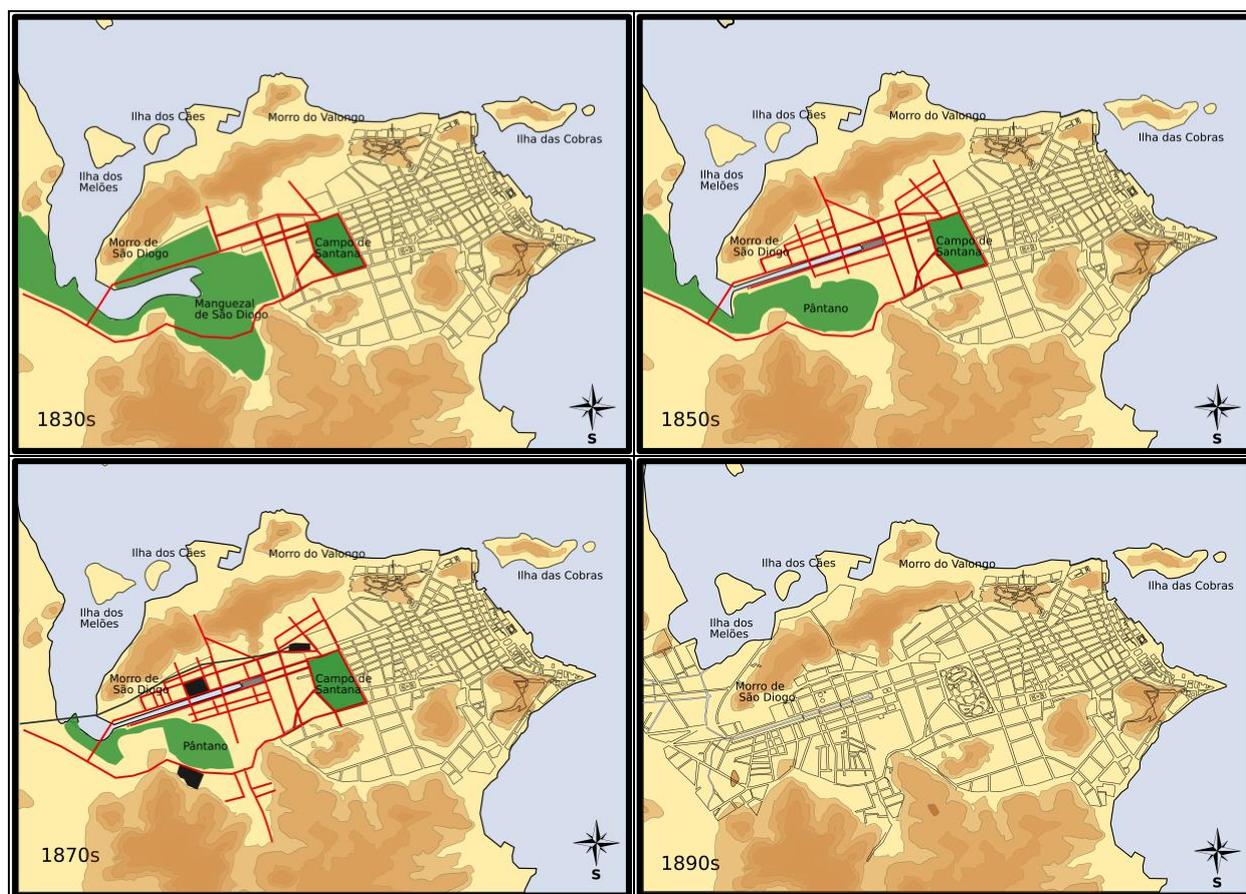
Mesmo assim, grandes terrenos foram aterrados e loteados para dar mais espaço a novas ruas, gerando a estrutura viária da Cidade Nova (Figura 02). Tais transformações constituíram a base para a mudança do perfil e dos tipos de habitação no recente bairro. A proximidade com as oportunidades de trabalho no centro urbano e a dificuldade de acesso ao transporte coletivo dos bondes e diligências moldou uma nova população urbana para a Cidade Nova. A localidade consolidou-se como espaço destinado às classes mais populares e de atividades fabris e manufatureiras da cidade. Segundo o censo de 1872, a freguesia de Santana tinha 25% do total da população operária do Rio de Janeiro, com 154 cortiços num total de 2.661 quartos, onde moravam 6.458 habitantes: a maior concentração de cortiços da cidade, representando 23% do total. Do total de 32.686 trabalhadores da freguesia registrados no censo, 22 eram eclesiásticos, 1.284 militares, 684 empregados públicos, 2.144 comerciantes, 22 capitalistas, 28 lavradores, 98 pescadores, 87 marítimos, 6.611 nas manufaturas e ofícios, 6.604 no serviço doméstico (sendo 2.476 escravos), e mais de 14 mil de ofícios desconhecidos (sendo 1.791 escravos). Em outras palavras, a região passou de um aspecto aristocrático com chácaras nas décadas de 1830-1840 para um espaço proletário nas décadas de 1870-1880 (Pinto 2007).

Com o loteamento e o surgimento de ruas, as fábricas se instalaram no novo bairro. A Cervejaria Jacob Nauerth instalou-se na rua Nova do Conde no final da década de 1850. Na década seguinte, um pouco mais afastado do Canal do Mangue, a cervejaria Luzo-Brasileira de Carvalho &

Bruno Capilé

Tavares situava-se nas proximidades do Campo de Santana. Nos anos 1880, a Manufatura de Cerveja Brahma, Villiger e Cia. foi construída bem próximo ao canal, na rua Visconde de Sapucahy, com uma produção diária de 12 mil litros e 32 funcionários (Santos 2004). Além das cervejarias, outras fábricas estiveram presentes na região, como a pioneira fábrica de gás. De posse de Mauá MacGregor & Cia., a empresa passou a *Rio de Janeiro Gás Company Limited* com capital estrangeiro em 1871, e depois *Société Anonyme du Gás de Rio de Janeiro*, em 1886.

**Figura 02.** Sequência de mapas da cidade do Rio de Janeiro com o traçado das ruas em diferentes décadas. Em verde, os manguezais, os pântanos e outras áreas alagáveis.



Fonte: Sem escala. Base Cartográfica: Passos (1903). Autoria: Bruno Capilé.

É certo afirmar que a fábrica de gás foi a iniciativa privada que mais se aproveitou das águas do Canal do Mangue. Isso se deu tanto pelo acesso ao mar para a chegada de carvão importado, quanto pelo uso cotidiano de suas águas a partir de 1871. Nesse momento, o gerente da empresa *Rio de Janeiro Gás Company Limited*, William Holman, requisitou à Câmara Municipal o aproveitamento das águas do canal. A contrapartida da empresa seria o reparo e o fechamento da represa existente próximo a ponte que comunicava o Caminho do Aterrado à rua Miguel de Frias. Outra condição do requerimento de

Holman foi de não elevar a represa ao ponto de inundar os terrenos adjacentes e não prejudicar as margens e leito do canal (Holman 1870).

As novas ideias médicas debatidas aqui significaram a entrada de novas informações no ecossistema urbano. Tal aporte causou novos costumes e transformações do ambiente da cidade, em especial a sistematização da circulação das coisas que afetavam a saúde pública. No entanto, a chegada de novas ideias não ocorreu de maneira homogênea, e conviveu com atitudes irresponsáveis por parte dos mesmos empreiteiros que realizavam tal serviço. Um exemplo foi o serviço de limpeza urbana que foi assinado com Elias José dos Santos em 1866. No contrato, o conveniente jogo de palavras deixou a entender que a empresa realizaria a limpeza por 8 contos de réis e a remoção do lixo por 2 contos e meio. Ou seja, recebia duplamente pelo mesmo serviço. O presidente da Câmara em 1872, Antonio Ferreira Viana, reclamava em periódico de boa circulação: “a limpeza contém em si a remoção; limpar é remover” (Viana 1872, p. 1).

Além do conveniente jogo de palavras, Ferreira Viana advertia para os trâmites realizados pela empresa de Elias, que tinham aval do poder público. Segundo ele, os moradores dos arredores do Canal do Mangue requisitavam à Câmara Municipal uma licença para o aterro de suas propriedades com o lixo de suas casas e mais o da empresa de limpeza urbana. A prática consistia no aterro com lixo, na remoção de animais mortos para o matadouro e na cobertura de uma camada de barro. Em maio de 1869, o novo contrato com Mello Junior & C. incluía o serviço de remoção e de limpeza com um único preço; e ocorria o fim das autorizações de aterro com lixo pela Câmara Municipal aos proprietários da região (Viana 1872).

Em outra publicação em periódico, de 1876, José Martins da Cruz Jobim, ex-diretor da Faculdade de Medicina, reprovou as deliberações de saúde pública elaboradas pelo presidente da Junta de Higiene, José Pereira Rego. O ex-diretor julgava inconsistentes os investimentos públicos em limpeza urbana e no aterro de pântanos. Incomodado com o assunto, e imbuído das teorias contagionistas, Jobim questionou sobre tal extravagância e afirmou com tom irônico que: “o contágio vem direto das lamas e imundícies para de lá reverberar vigoroso e entrar no corpo humano e matá-los” (Jobim apud Medeiros 2015, p. 12). Tal como ocorrera em 1850, a preocupação ambiental de Jobim voltou após muitas mortes da epidemia de febre amarela de 1875 (1.292 ou 12% da mortalidade) (Pereira Rego 1877).

Essa mesma epidemia levou Pereira Rego a criar a Comissão Geral de Salubridade, por vezes chamada de Comissão Sanitária, em fevereiro de 1875. Presidida por ele, a Comissão também foi

composta por Adolpho Bezerra de Menezes, e Jeronimo José de Mesquita, o Barão de Mesquita. Com preocupação inicial com as valas e os rios que precisavam ser limpos das imundícies geradoras de miasmas, a Comissão com o tempo atribuiu-se de organizar as bases para outros serviços ecossistêmicos urbanos (Império 1876).

Além dos serviços ecossistêmicos que precisavam ser implantados ou revistos (sistema de águas e esgotos, limpeza de rios e ruas, e outros), a mobilização dos saberes médicos pós-epidemias dos anos 1870 chegou aos interesses da outra face sanitária: os engenheiros. As teorias sanitárias foram incorporadas pelos engenheiros da Comissão de Melhoramentos da Cidade, que aconselharam um remodelamento urbano tendo em vista a circulação de elementos nocivos à saúde: alargamento e retificação de ruas, abertura de novas avenidas arborizadas e praças, criação de calçadas e passeios, ventilação nas casas e escoamento das águas pluviais, dessecamento de terrenos e aterro dos pântanos, e nova ordenação urbana através de regras para novas construções e zoneamento (Medeiros 2015; Andreatta 2006).

Observando a série de mapas acima (Figura 02), vemos o processo de arruamento da Cidade Nova desde a década de 1830. Influenciada pelas propostas urbanísticas de Beaurepaire Rohan de 1843, a região começou a ser pensada como uma conexão entre o antigo centro e os arrabaldes do Engenho Velho e São Cristóvão. O fim das chácaras iniciado anteriormente foi acelerado pelas epidemias da década 1850. E nos anos 1870, uma nova série de epidemias acelerou o processo de urbanização da região. Novas ruas, novos loteamentos, moradias precárias somaram-se aos aspectos ambientais de baixa salubridade como os alagados, os pântanos e o ineficiente canal. Mais uma vez, a área foi planejada pelos idealizadores da socionatureza, através da Comissão de Melhoramentos de 1875.

O primeiro relatório da Comissão apontou grande parte dos esforços municipais de transformação urbana que resultaria na conexão do centro urbano com o subúrbio. A expansão para o oeste foi um desejo da municipalidade desde a chegada da família real e sua moradia na Quinta de São Cristóvão, em 1809. Segundo o documento dos engenheiros da comissão, a proposta era o alargamento e retificação da malha viária através da abertura de grandes avenidas do Campo de Santana até a freguesia do Engenho Velho. O Canal do Mangue tinha um papel chave, já que foi planejado seu prolongamento em direção ao Andarahy, nos terrenos adjacentes ao rio Maracanã. Como medida indispensável para o melhoramento do canal e melhor aproveitamento dos terrenos julgou a comissão intensificar os aterros dos pântanos marginais. De onde se construiriam um ramal da estrada de Dom Pedro II, uma estação marítima para a estrada de ferro, um parque em São Cristóvão, um edifício de exposição permanente e um mercado (Passos et al. 1877). Para eles, não bastaria “calçar as ruas,

iluminá-las a gás, dar água e esgoto às casas”, era preciso “remover os pântanos e outros focos de infecções permanentes” (Passos et al. 1877, p. 2). Duramente criticadas, tais ideias não foram levadas a frente. No entanto, a região passou a ser cada vez mais de interesse de médicos e engenheiros ao longo do Império.

O primeiro e o segundo relatório da Comissão foi base para muitos planejamentos urbanos do Rio de Janeiro, em especial as obras do início do século XX. No entanto, as propostas do primeiro documento foram pouco aceitas. Em 1883, Antonio de Paula Freitas escreveu sobre a constante umidade do solo como causa da insalubridade carioca. Segundo ele, “a vegetação dos pântanos, os mangues, ficaram sepultadas (*sic*) nos aterros, e, em consequência da umidade e calor, permanecem ainda hoje em continua decomposição” (Paula Freitas 1884, p. 4). Sobre o projeto dos engenheiros, Paula Freitas afirmou que o prolongamento do canal “não traria vantagens e concorreria ainda mais para a conservação da umidade no interior da cidade” (Paula Freitas 1884, p. 10). Segundo ele, tal planejamento deveria ser melhor estudado, em especial após os “desastrosos fatos de fevereiro de 1882 e abril de 1883” – quando a obstrução dos rios Comprido, Joana e Maracanã, gerou graves inconvenientes na foz compartilhada, na Praia Formosa (Paula Freitas 1884, p. 12). Outra crítica foi elaborada por Raymundo Teixeira Belfort Roxo, em 1886. Segundo o engenheiro, a falta de declividade para as galerias laterais no prolongamento do canal inviabilizaria o escoamento das águas das chuvas (Belfort Roxo 1887).

No ano seguinte à publicação do primeiro relatório da Comissão de Melhoramentos, o Ministério do Império celebrou um contrato para novas obras no Canal do Mangue e seu embelezamento. Segundo o contrato de 12 de fevereiro de 1876 com João Rivas y Neyra, o empreiteiro seria responsável pela desobstrução e limpeza do canal, mantendo uma profundidade mínima de 2 metros, e também pela instalação de um gradil de ferro, pelo conserto de pontes e muros, pelo plantio de gramas e árvores e pela conservação das obras por 12 meses<sup>2</sup>. Diferentemente dos acordos com a fábrica de gás de Mauá, ou da empresa urbana *Rio de Janeiro City Improvements*, o contrato com Neyra teve maior compromisso do poder público, em especial no quesito saúde pública. O aterro para o plantio de árvores teve terras aproveitadas da limpeza do canal, desde que fossem “cobertas imediatamente com uma camada de terra da espessura de um metro”<sup>3</sup>. Devido ao calor carioca, a plantação somente ocorreu de julho a setembro de 1876. Outra medida sanitária sobre as escavações do canal foi a deposição de uma camada de cal de 15 centímetros de espessura no dia anterior.

<sup>2</sup> Contrato que o Ministério do Império celebra com o dr. João Rivas y Neyra para execução das obras da desobstrução e limpeza do Canal do Mangue da Cidade Nova e embelezamento das margens deste. (Pinto Silva 1877).

<sup>3</sup> Condição 3ª do contrato, p. 2.

Os terrenos pantanosos a serem aterrados eram adquiridos pelo governo imperial, e depois transformados pela empresa de Neyra. A dificuldade na desapropriação devido a preços exagerados gerou pendências no cronograma de extinção de pântanos urbanos. Os aterros também serviam para estabilizar encostas, como a das propriedades situadas no morro de Santos Rodrigues, ao lado do Canal do Mangue. Tais encostas foram consolidadas por aterros pela empresa de Neyra ainda em 1876, a mando do Ministério do Império (Pinto Silva 1877).

Expirado o contrato em 1877, a conservação do Canal do Mangue passou a ser jurisdição do Ministério da Agricultura, e não mais dos Negócios do Império, junto a uma série de outros serviços urbanos como a abertura de ruas, arrasamento dos morros do Castelo e Santo Antonio, aterros, etc. (Almeida 1877). A Inspetoria Geral de Obras Públicas, da pasta de agricultura, assumiu administrativamente a conservação do canal a partir do artigo 2º da Lei nº 2.792 de 20 de outubro de 1877. As obras a cargo do ministério anterior terminaram em novembro de 1881 (Saraiva 1882). A conservação seguiu seu rumo sem muitos percalços. O lodo era frequentemente retirado do fundo do canal. Estimado em 25 contos de réis anuais pelo Inspetor Manoel Buarque de Macedo em 1880<sup>4</sup>, o orçamento para o referido serviço não ultrapassou 17 contos<sup>5</sup> – para a extração uma estimativa de 2 mil a 5 mil metros cúbicos de lodo<sup>6</sup>.

Após as inundações de abril de 1883, que resultaram em mais terras no fundo do canal, o ministro da agricultura Affonso Penna buscou maior eficiência na conservação da socionatureza do canal. Uma draga manual já se encontrava em via de construção na fábrica alemã Krupp, com a capacidade de extrair de 3 a 4 m<sup>3</sup> de lodo por hora (Penna 1884). Em 1888, a empresa *City Improvements* concluíra uma casa de máquinas nas proximidades, com uma máquina a vapor e duas bombas com uma força correspondente a uma capacidade de extrair 20 m<sup>3</sup> de lodo por minuto (Silva 1889)!!

O prolongamento do canal até o mar e seu embelezamento ocorreu, de fato, somente no início do século XX. No entanto, o preparo material e imaterial ocorrera ao longo da segunda metade do século anterior. Aterros, desapropriações, arruamentos e loteamentos foram seguidos de uma série

---

<sup>4</sup> Aviso do Inspetor Geral das Obras Públicas da Corte, Manoel Buarque de Macedo, de 22 de outubro de 1880.

<sup>5</sup> Segundo os relatórios do Ministério da Agricultura, a quantidade de lodo retirado em 1881 foi de 2.708m<sup>3</sup>; em 1884 extraiu-se 5.881m<sup>3</sup> custando 12:894\$830 de réis; em 1885 a extração de 5.894m<sup>3</sup> custou 14:623\$864; em 1886 foram retirados 4.783m<sup>3</sup>, com o custo de 13:191\$300; em 1887 13:801\$243 réis foram usados para extrair um recorde de 7.191m<sup>3</sup> de lodo.

<sup>6</sup> Vamos especular um pouco aqui para termos uma noção espacial do que significava mil metros cúbicos (m<sup>3</sup>). Se 1 m<sup>3</sup> equivale a um cubo com lados de 1 m, um cubo com lados de 10m, teremos um cubo de 1.000m<sup>3</sup> (10m x 10m x 10m). Se desmantelarmos esse grande cubo verticalmente em 3 partes teremos um objeto de 300m<sup>2</sup> por 3,33m de altura, o que equivale a uma grande casa. Uma casa confortável com dois quartos tem em média 100m<sup>2</sup>, portanto 5.000m<sup>3</sup> equivaleria a 15 dessas casas.

de estudos e levantamentos que resultaram em muitos trabalhos gráficos, mapas, nivelamentos, sonda, perfurações e observações de marés. Idealizar a socionatureza significou sua redução, sua limitação técnica. Nas mãos do Ministério da Agricultura a partir da década de 1870, e não mais na secretaria dos Negócios do Império, a eficiência da conservação melhorou e tais planejamentos foram efetuados.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Estado imperial teve um papel importantíssimo na transformação do ecossistema indesejado em um bairro inserido na continuidade urbana. Primeiramente nos aterros para a conexão do início do bairro da Cidade Nova, nas proximidades do bairro imperial de São Cristóvão. O loteamento e arruamento das antigas chácaras coloniais em proto-urbanidades na primeira metade, também foi articulada pelo poder imperial. O início da *era dos engenheiros* teve no Canal do Mangue um laboratório para repensar a conexão do centro urbano com os subúrbios do oeste. O capital estrangeiro e dos proprietários locais, especulativo imobiliário ou da fábrica de gás, esteve também associado às atividades estatais. De área de chácaras a bairro proletário, a extinção dos manguezais e alagados da Cidade Nova esteve na pauta dos projetos urbanísticos dos idealizadores da socionatureza. A nova configuração populacional de cortiços e moradias populares consideradas insalubres marcou a intervenções ambientais na localidade no início da República, no que ficou conhecido como a *era das demolições* (Rocha 1995; Carvalho 1995). Porém, desde o Império uma nova socionatureza urbana indesejada se configurava, acarretando na exclusão social de milhares de desalojados na jovem república tropical.

Essas e outras ideias foram fortemente afetadas pelo surgimento da medicina social, ou medicina urbana, do século XIX. Essas teorias sanitárias foram influenciadas por uma revisão de antigas teorias hipocráticas sobre a importância do meio na saúde humana. Sendo assim, melhorar a saúde pública da epidêmica cidade do Rio de Janeiro significou a transformação de seu ambiente urbano. Isto colocou em destaque a importância de médicos e suas ideias na sistematização de serviços ecossistêmicos urbanos, ou serviços sanitários: coleta de lixo, limpeza de rios, sistema de esgoto, aterro de áreas alagadas, etc.

Da lama ao bairro, a Cidade Nova surgiu em meio a aterros e dessecamentos da antiga lama do mangue. Do bairro à lama, o bairro sofreu com o mau planejamento de redução de danos de enchentes e fortes chuvas. A lama persistiu em sua história.

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

- Abaixo-assinado a. Abaixo-assinado de moradores da Freguesia do Espírito Santo. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Códice 40.3.45, de 28 outubro de 1867.
- Abaixo-assinado b. Abaixo-assinado de moradores da Freguesia de Santa Anna. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Códice 40.3.45, de 01 de novembro de 1867.
- Almeida TJC 1877. *Relatório do Ministério da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas do ano de 1876*, Typographia Nacional, Rio de Janeiro.
- Araújo MA 1882. *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e das Obras Públicas para o ano de 1881*, Typographia Nacional, Rio de Janeiro.
- Beaurepaire Rohan H 1967. Relatório apresentado a Ilustríssima Câmara Municipal pelo Visconde de Beaurepaire Rohan. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* 275; 201-232.
- Belfort Roxo RT 1887. *Relatório da Inspeção Geral das Obras Públicas da Corte*. In: *Silva, Relatório do Ministério da Agricultura do ano de 1886*, Typographia Nacional, Rio de Janeiro.
- Bellegarde PA 1863. *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o ano de 1862*, Typographia Perseverança, Rio de Janeiro.
- Decreto nº 2.117 - de 6 de março de 1858. Aprova o contracto celebrado com o Barão de Mauá para construção de hum canal no mangue da Cidade Nova.
- Holman WH 1870. Requerimento de William Henrique Holman, gerente da Rio de Janeiro Gas Company Limited, a Câmara Municipal. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Códice 9.1.9.
- Império 1853. Parecer do Conselho de Estado dos Negócios do Império sobre a proposta de Irineu Evangelista de Souza e Portaria do Ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz dirigida à Câmara Municipal. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Códice 40.3.44, de 22 de outubro de 1853.
- Império 1856. Ofício da 3ª Seção do Ministério dos Negócios do Império. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Códice 40.3.45, de 16 de julho de 1856.
- Império 1876. Livro de registros dos trabalhos executados pela Comissão Geral de Salubridade nomeada por João Alfredo Correia de Oliveira, ministro do Império, para o combate à febre amarela. Rio de Janeiro, *Biblioteca Nacional*, códice Manuscritos 14,04,001, de 22 de janeiro de 1876.
- Luccock J 1820. *Notes on Rio de Janeiro and the Southern parts of Brazil: taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818*. Samuel Leigh, London.
- Mastromauro GC 2010. Alguns aspectos da saúde pública e do urbanismo higienista em São Paulo no final do século XIX. *Cadernos de História da Ciência* 6(2):45-63.
- Mauá B 1854. Ofício de Irineu Evangelista de Souza a Luiz Pedreira do Couto Ferraz. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Códice 40.3.44.

Montalegre V 1851. *Documento do Ministério dos Negócios do Império*, em 15 de dezembro de 1851, assinado pelo Visconde de Montalegre. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 9.1.2.

Moraes Filho AJM 1894. *Código de Posturas: leis, decretos, editais e resoluções da Intendência Municipal do Districto Federal*. Papelaria e Typographia Mont'Alverne, Rio de Janeiro.

Passos FP 1903. *Planta dos melhoramentos projetados*. Offic. Graph. E. Bevilacqua & C., Rio de Janeiro.

Passos FP, Moraes Jardim JR, Silva MR 1877. Segundo Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. In: Figueiredo JBC 1877. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1875*, Typographia Nacional, Rio de Janeiro.

Paula Freitas A 1884. O saneamento da cidade do Rio de Janeiro. In: Maciel, Francisco Antunes. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1883*, Anexo F, Typographia Nacional, Rio de Janeiro.

Penna AAM 1884. *Relatório do Ministério da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas do ano de 1883*, Typographia Nacional, Rio de Janeiro.

Pereira Rego J 1872. *Esboço histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870*. Typographia Nacional, Rio de Janeiro.

Pereira Rego J 1877. Junta Central de Hygiene Pública – Relatório do presidente apresentado em 1876. In: JBC Figueiredo. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1876*. Typographia Nacional, Rio de Janeiro.

Pinto FM 2007. *A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Pinto Silva AC 1877. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1876*. Typographia Montenegro, Rio de Janeiro.

Revy J 1886. *Relatório sobre o Melhoramento do Canal do Mangue apresentado a S. EX. Sr Conselheiro Barão de Mamoré*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.

Silva RA 1889. *Relatório do Ministério da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas do ano de 1888*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.

Viana AF 1872. O presidente da Câmara ao Município. *Diário do Rio de Janeiro* 55(119):01.

Viana JAF 1871. Ofício do diretor da Diretoria das Obras Municipais, de 03 de fevereiro de 1871. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Códice 40.3.45.

#### FONTES SECUNDÁRIAS

Almeida MA 2004. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Ed. Ática, São Paulo.

Amador E 1996. *Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza*. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Andreatta V 2006. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Mauad X, Rio de Janeiro.
- Bernardes LMC 1992. Evolução da Paisagem Urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. In M Abreu (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, Rio de Janeiro.
- Cabral D 2011. Águas passadas: sociedade e natureza no Rio de Janeiro oitocentista. *Ra'e Ga – o espaço geográfico em análise* 23:159-190.
- Carvalho LA 1995. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro (1886-1906)*. Secretaria de Cultura, Rio de Janeiro.
- Chalhoub S 1996. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. Companhia das Letras, São Paulo.
- Domanska E 2013. Para além do antropocentrismo nos estudos históricos. *Revistas Expedições: Teoria da História & Historiografia* 4(1):9-26.
- Edler F 2014. *Ensino e profissão médica na corte de Pedro II*. Universidade Federal do ABC, Santo André.
- Ferreira LO 1994. João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva* 4(1):57-77.
- Foucault M 1979. O nascimento da medicina social. In M Foucault. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado, Edições Graal, Rio de Janeiro.
- Gallini S, Osorio CC 2015. Modernity and the Silencing of Nature in Nineteenth-Century Maps of Bogotá, *Journal of Latin American Geography* 14(3):91-127.
- Machado R, Loureiro A, Luz R, Muricy K 1978. *A danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Edições Graal, Rio de Janeiro.
- Margalef R 1978. *Perspectivas de la teoria ecológica*. Editorial Blume, Barcelona.
- Marques EC 1995. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 2(2):51-67.
- Medeiros CVF 2015. A cidade e os miasmas: notas para uma genealogia da Medicina Social no Rio de Janeiro (1829-1906). *História Revista* 2:4-19.
- Melosi M 1993. The Place of the City in Environmental History. *Environmental History Review* 17(1):1-23.
- Odum EP 1976. *Fundamentos de Ecologia*. Fundação Calouste Gubenkian, Lisboa.
- Rocha OP 1995. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)*. Secretaria Municipal de Cultura, Rio de Janeiro.
- Santos SP 2004. *Os primórdios da cerveja no Brasil*. Ateliê Editorial, Cotia.
- Saraiva JA 1882. *Relatório do Ministério da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas do ano de 1881*. Typographia Nacional, Rio de Janeiro.

Bruno Capilé

Sedrez L 2005. *The 'Bay of All Beauties': Nature and State in Guanabara Bay, Rio de Janeiro, Brazil, 1875-1975*. Tese (Doutorado), Stanford University, Palo Alto.

Sedrez L 2013. Urban Nature in Latin America: Diverse Cities and Shared Narratives. *RCC Perspectives* 2013:59-65.

Swyngedouw E 2001. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In H Acselrad (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. DP&A Editora, Rio de Janeiro.

Swyngedouw E 2006. Metabolic urbanization: the making of cyborg cities. In N Heynen, M Kaika, E Sweyngedouw (eds). *In the nature of cities: urban political ecology and the politics of urban metabolism*. Routledge Press, New York.

Tarr J 2001. Urban History and Environmental History in the United States: Complementary and Overlapping Fields. In C Bernhardt (org.). *Environmental Problems in European Cities of the 19th and 20th Century*. Waxmann, Muenster, New York/Muenchen/Berlin, p. 25-39.

#### FONTES COMPLEMENTARES DE PESQUISA

Bourdieu P 1989. *O poder simbólico*. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

White R 1995. *Organic Machine: The remaking of the Columbia River*. Hill and Wang, New York.

## From Mud to City, from City to Mud: Changes in Urban Socionature of the São Diogo Mangrove, Rio de Janeiro (1840-1870)

### ABSTRACT

The transformation of the São Diogo mangrove was one of the main symbols of the urban expansion of Rio de Janeiro. While the old estuary changed, we can point out two main interests: a public, of expansion of the urban territory, and the other of private use from the appropriation of its waters for the dumping and transport of material to the Gas Lighting Company, of the Baron of Mauá. In the swirl of interests, the sanitary theories shaped the imperial politics of changing the biophysical environment. The result was the creation of a neighborhood with drastic environmental consequences derived from these modifications. From the mud to the neighborhood, the Cidade Nova arose amid landfills and desiccations of the old mud of the mangrove. From neighborhood to mud, the neighborhood suffered from bad damage reduction planning from floods and heavy rains. The mud persisted in its history.

**Keywords:** Urban Environmental History; Rio de Janeiro – 19th Century; Manguê Canal.

Submissão: 05/03/2018

Aceite: 03/09/2018